



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E
ZOOTECNIA – ICSEZ**



PROJETO DE PESQUISA O PIBIC 2013-2014 - FAPEAM

JULIANA CUNHA MENDONÇA

**IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA, ATUAÇÕES E COLIGAÇÕES
PARTIDÁRIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIDADE DE
PARINTINS**

**Parintins – AM
2014**

JULIANA CUNHA MENDONÇA

**IDENTIFICAÇÃO IDEOLÓGICA, ATUAÇÕES E COLIGAÇÕES
PARTIDÁRIAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIDADE DE
PARINTINS**

Trabalho de Pesquisa PIBIC/FAPEAM apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal do
Amazonas.

Orientador: Prof.MSc. Alexandro Melo Medeiros

**Parintins – AM
2014**

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo ao meu mestre imperador meu refúgio minha fortaleza, por ter me proporcionado chegar ao fim dessa primeira etapa da minha vida profissional, sou grata pelas bênçãos alcançadas, pela inspiração que tive para poder continuar, e a cada momento de fraqueza ter força para recomeçar.

Sou muito agradecida também a minha mãe que apesar das inúmeras dificuldades sempre teve ao meu lado, lutando para que eu pudesse sempre continuar, dos grandes esforços para que eu pudesse vencer e dar essa e outras mais alegrias a ela.

Ao meu pai que sempre torceu para mim, me apoiou e me incentivou a buscar o melhor para minha vida, me dando subsídios para que eu não deixasse para trás meus sonhos.

A meus irmãos que sempre me desejaram sucesso que eu pudesse conquistar meus objetivos sem esmorecer.

Aos meus sobrinhos que acreditaram em mim que eu ia conseguir chegar até a realização dos meus sonhos apesar dos percalços da vida

E as pessoas que não acreditavam que eu pudesse realizar meus objetivos, mais que também formam importantes para que eu pudesse ter força para desmistificar seus pensamentos e não me deixar derrotar pelos pensamentos negativos.

Muito Obrigada!

RESUMO

O presente projeto de pesquisa visou fazer uma análise sobre os partidos políticos no Município de Parintins. Tendo objetivo identificar as atuações e contribuições partidárias à sociedade Parintinense, com base em suas ideologias políticas, identificar os tipos de coligações que foram realizadas nas últimas eleições municipais, avaliar a migração e mudanças de partidos políticos entre seus partidários e associar a identidade ideológica e o voto nas eleições de 2012. A pesquisa se desenvolveu através da análise bibliográfica e entrevistas com eleitores e filiados dos partidos políticos. As reflexões foram realizadas a partir de pensadores clássicos e contemporâneos como: Bobbio (1995), Chauí (1991), Heywood (2010), Sell (2006), Kinzo (1985), entre outros. Proporcionando assim um conhecimento sobre um viés da ciência política retratada nesta temática e uma reflexão sobre a participação na política por parte dos eleitores e filiados partidários que pudesse nos ajudar a entender melhor a questão da ideologia política em Parintins.

Palavras-chave: Eleitor; Filiados e Cidadania; Participação política,

LISTA DE SIGLAS

PT - Partido dos Trabalhadores

PSB-Partido Socialista Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. As ideologias na primeira modernidade	pg.18
Tabela 2. Tensões no Liberalismo	pg. 21
Tabela 3. Teorias das formas de governo entendida por Platão	pg.26
Tabela 4. Teorias das formas de governo de Aristóteles	pg.26
Tabela 5. Sistemas Partidários	pg.33

SUMÁRIO

Introdução: perda da identidade ideológica	07
Cap. 1 – Ideologia: uma abordagem conceitual	12
1.1 Sentido histórico	15
1.2 Os tipos de ideologias políticas	17
1.2.1 Liberalismo: ideologias liberais na primeira modernidade	19
1.2.2 Socialismo e social – democracia	23
1.2.3 Democracia: governo popular	25
Cap. 2 – Partidos políticos – um breve histórico	29
2.1 Representação política no Brasil	34
Cap. 3 – Percorso metodológico	38
Cap. 4 – Um olhar voltado para análise dos partidos políticos em Parintins: PT, PSB, PSol	40
Considerações finais	48
Referências	51

1. INTRODUÇÃO: PERDA DA IDENTIDADE IDEOLÓGICA

Com o decorrer dos anos os Partidos Políticos vem passando por um processo de perda das suas características de identificação ideológica que os constituiu e os reconhecem como partidos de “esquerda”, “direita”, “centro”, “centro-esquerda”, “centro-direita”¹. Esta identificação pode ser definida como a “auto-localização no contínuo direita-esquerda” (SINGER, 2000; CARREIRÃO, 2006). Um exemplo de como é possível identificar a perda é através das coligações feitas em campanhas eleitorais constituem mais um fator para que um partido deixe de lado sua raiz ideológica e até mesmo suas bandeiras de luta: o discurso ideológico torna-se um misto de concepções de diversas correntes de partidos diferentes. Uma das consequências disto é uma maior dificuldade de identificação ideológico-partidária por parte dos eleitores². Nos dias atuais não é incomum que partidos de esquerda ou direita constituam “elos partidários” através de um verdadeiro multipartidarismo.

Este diagnóstico aponta como alguns dos seus indícios a ocorrência de coligações eleitorais ou coalizões [...] “esdrúxulas”, que envolvem simultaneamente partidos, formalmente situados, à direita e à esquerda do espectro ideológico, e a alta taxa de migração de políticos entre partidos (CARREIRÃO, 2006, p.138).

Acabam por realizar alianças estratégicas para chegar ao objetivo comum que é eleger o maior número de candidatos por partido e com menor coeficiente eleitoral e ter um membro representante na esfera do Estado. Quanto a isso, há consenso na literatura de que o objetivo mais geral das coligações é ampliar as chances eleitorais dos partidos, e de que a decisão estratégica sobre coligações é tomada com base em um cálculo de custos e

¹ Para um estudo sobre a ideia de que os partidos políticos brasileiros se diferenciam não apenas quanto a sua ideologia ou orientação política, mas também quanto aos segmentos sociais nele representados (e como estes segmentos sociais influenciam de alguma forma na ideologia partidária) ver Leôncio Rodrigues, *Partidos, Ideologia e Composição Social* (2002). Para um estudo sobre como os partidos políticos possibilitam a construção de identidades políticas e oferecem opções claras e diferenciadas para o eleitor ver Maria D’Alva Kinzo, *Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985*, (2004).

² Sobre essa diluição das identidades partidárias entre os partidos de esquerda (pós Governo Lula desde o seu primeiro mandato) e os partidos de centro e de direita, e como essa diluição afeta o comportamento efetivo dos eleitores, ver Yan de Souza Carreirão, *Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006*.

benefícios eleitorais (SOUZA, 1976; LIMA JÚNIOR, 1983; SANTOS, 1987; FIGUEIREDO, 1994; NICOLAU, 1994).

No que respeita à visualização dos partidos numa escala esquerda-direita por parte dos eleitores, Singer (2000) pleiteia que, mesmo não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar de acordo com esta localização. Buscam por afinidades votar naqueles partidos que mais se identificam com causas sociais, tornando-se sua preferência partidária e de que aquela identificação influencia seu voto.

Foi Singer quem introduziu a noção de identificação partidária no debate brasileiro recente, definindo-a como “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (2000, p.49). Utilizou a auto-localização dos eleitores no contínuo esquerda-direita para definir esta identificação. Para o autor, mesmo que a maioria dos eleitores não saiba definir o que seja esquerda e direita, estes podem utilizar estes conceitos para orientar sua decisão de voto porque se trata de um conhecimento intuitivo, um sentimento do que significam as posições ideológicas que permitem ao eleitor situar os candidatos e os partidos nessa escala e votar coerentemente.

Há 20 anos, Jairo Marconi Nicolau mostrou que os partidos de esquerda faziam coligações eleitorais preferencialmente com partidos de esquerda, o que, segundo o autor, indicaria que a ideologia tem algum papel no jogo partidário brasileiro (*apud* RODRIGUES, 1995, p. 88).

Em sua pesquisa, Rodrigues localizou “em todos os partidos relevantes uma “espinha dorsal”, um “núcleo ideológico dominante”, que marca cada um deles em termos da ideologia e da composição social” (idem, *ibidem*, p. 87). Ainda segundo o autor, “os partidos de “esquerda”, mais ideológicos, têm mais dificuldade no estabelecimento das coligações que escapem do universo ideológico socialista” (idem, *ibidem*, p. 88).

Fábio Reis (1995) é mais pragmático e afirma categoricamente que os partidos se vêem compelidos a atuar com certo realismo no plano eleitoral em razão da mantida pelo eleitorado popular com o processo político, abdicando inclusive de sua identidade política, transformando-se em algo análogo ao “pega-tudo” (catch-all).

Com base nestes apontamentos delineamos nosso objeto de pesquisa, bem como nosso objetivo e a importância de realizar tal pesquisa. Esta pesquisa além da análise da identidade dos partidos visa realizar também um levantamento das informações sobre a identificação política ideológica dos partidos no município de Parintins, suas atuações recentes nas eleições para o executivo e o legislativo, suas contribuições à sociedade Parintinense, e como essa atuação pode (ou não) estar em relação com sua identidade ideológica.

É pertinente abordar o tema sobre identificação ideológica dos partidos políticos, suas atuações e contribuições norteadas por seus discursos ideológicos e bandeiras de lutas, pois, nos permitirá conhecer o assunto abordado na motivação do eleitor a votar em candidatos de determinados partido não tendo conhecimento do processo que levou os partidos a coligarem com partidos de identificações ideológicas opostas e as consequências decorrentes das alianças e a autonomia partidária que se exige no ato coligacional, ou seja, “Em princípio, quanto maior a fragmentação, maior a dependência do Executivo diante do Legislativo, quanto maior a rotatividade ministerial, mais fragmentado e polarizado será o sistema” (RODRIGUES, 1995, p.86).

Por fim, esta pesquisa pretendeu também estabelecer uma possível relação entre a identidade ideológica e o voto nas eleições municipais de 2012 em Parintins. Nas eleições presidenciais de 2006, Yan Carreirão (2007) constatou que houve um aumento de 80% dos eleitores “não posicionados” na escala esquerda-direita em relação às eleições de 2002. Com base nestas observações, foi realizada uma análise do eleitorado Parintinense tomando como base questões como: qual partido que representa o eleitor? Qual

partido de que o eleitor gosta? Qual partido em que o eleitor não votaria de jeito nenhum?

Com estas questões norteadoras vimos que a nossa pesquisa nos conduziu as conclusões de Yan Carreirão com relação às eleições presidenciais: “os estudos baseados em pesquisas de opinião que utilizam apenas mesmas a preferência partidária como indicador dos sentimentos partidários chegam à conclusão de que a influência dos partidos na decisão do voto é relativamente pequena” (2007, p. 313). Mas também percebemos que alguns eleitores Parintinense está de acordo com a opinião de Singer, para ele uma boa parte do eleitorado situa seu candidato e os partidos através da ideologia do partido. Nesse caso na análise foi possível identificar que uma pequena parte dos eleitores situam os candidatos e os partidos nesta escala ideológica para poder orientar o seu voto.

A fragmentação das identidades e ideologias partidárias é um dos pontos que tem atraído à atenção de pesquisadores e analistas da política Brasileira sendo que a política brasileira tem sido caracterizada por um pluripartidarismo cada vez mais fragmentado. Daí a importância e necessidade deste trabalho de cunho científico: a análise e investigação da situação política partidária e de suas identidades no município de Parintins. Foi preciso identificar se Parintins segue de alguma forma a tendência da diluição das ideologias políticas ou se, ao contrário, essas ideologias definem de alguma forma a identidade dos partidos existentes no município.

Ao nos debruçarmos sobre a realidade Parintinense, investigando a identificação histórica e ideológica dos partidos políticos, suas atuações e contribuições perante a sociedade, esperamos contribuir de alguma forma para uma compreensão do panorama político local e quais interesses podem estar envolvidos por trás de uma eleição local: se os interesses coletivos e bandeiras de lutas ideológicas ou se interesses particulares que visam apenas a conquista eleitoral.

Não há como identificar se as coligações políticas seguem algum tipo de estratégia contextual (decisões partidárias de formar alianças com o objetivo de maximizar o apoio eleitoral) ou se seguem uma estratégia

partidária nacional, com uma investigação científica sobre o tema e que nos dará uma melhor compreensão sobre como as ideologias políticas podem ou não estar representadas no campo das disputas políticas.

O contato com as práticas políticas e os questionamentos que deram origem a este projeto surgiram a partir da realização de alguns projetos (extensão e pesquisa) realizados nos últimos anos e da idealização de um site (www.portalconscienciapolitica.com.br) com fins didáticos pedagógicos. Nestes projetos temos acompanhado as atividades dos representantes municipais de forma mais específica no âmbito do legislativo e, por conseguinte, como estes representantes defendem suas bandeiras partidárias. O que temos acompanhado é uma certa “carência” no que diz respeito ao discurso ideológico e uma maior disputa de interesses pessoais e partidários: partidos de oposição criticando as ações governamentais e partidos de situação na defesa do governo. Tudo isto sem um maior debate de ideias ou ideologias políticas. Por isso acreditamos na importante realização de mais desta pesquisa, no sentido de compreender melhor as representações ideológicas partidárias a partir de dados e análises que possam ser coletadas de forma científica e experimental.

Além disso, é importante saber se a população eleitoral conhece (ou não) as bandeiras de lutas partidárias, as quais são mencionadas repetidas vezes principalmente em disputas eleitorais, e que remetem ao eleitor uma noção de lutas, vitórias, militâncias, conquistas relevantes à população, e que pode fazer com que o eleitor identifique-se com este ou aquele partido: a partir da sua atuação, trabalho, ideologias e lutas. Ou se, bem mais do que as identidades partidárias, não são os “discursos inflamados” dos candidatos que induz os eleitores a votarem neste ou naquele partido. Por isso também julgamos relevante ter uma melhor percepção deste cenário político a partir do conhecimento que os eleitores têm das ideologias políticas e se, de alguma forma, estas ideologias influenciam na hora de exercer a cidadania através do sufrágio universal.

1. IDEOLOGIA: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

É na atualidade permeada de contradições e refrações da questão social advinda do histórico modo de produção da sociedade que a palavra “ideologia” vem a ser neste momento discutida, debatida e repassada mediante os entendimentos e concepções de alguns autores. De forma geral esta palavra vem sendo entendida como um conjunto de ideias, pensamentos de pessoas ou de grupos, e organizações sociais. Este termo também pode estar associado a ações políticas, econômicas e sociais e é comumente tomada por sentido de mascaramento da realidade social.

Deste modo sentimos a necessidade de aprofundarmos o sentido da palavra para compreendermos suas significações em meio aos sujeitos sociais que utilizam com mais frequência essa terminologia para posteriormente proceder a uma análise dos partidos políticos. Que como se sabe possuem em suas bases a ideologia política, pois cada partido possui visões diversificadas da realidade social e visa à transformação da sociedade de acordo com seus ideais e concepções de mundo, pelo menos teoricamente falando.

Diante dos aportes teóricos estudados o termo ideologia tem em seu bojo diferentes interpretações de pensadores que a concebem mediante a realidade em que se inserem. Em muitos dos seus diversos sentidos se percebe a definição do termo relacionada ao sentido negativo, associada ao despojamento de crenças.

Essa percepção se dá pelo motivo da palavra estar presente em inúmeros discursos, muitos deles inflamados relacionados a campanhas eleitorais de candidatos a algum cargo político. A descrença parte do entendimento de que a ideologia tem o caráter mascarador, e preserva o “*status quo*”, ou seja, a permanência de um estado ao qual não há interferência da classe dos desapropriados dos meios de produção, ou seja, dos trabalhadores. Isso se dá para que a classe dominante continue no poder, na direção da sociedade.

Esse sentido de mascarar a realidade (notadamente um conceito marxista), apresentando apenas a aparência e escondendo a essência é um

dos sentidos atribuído à ideologia. Nesse aspecto a ideologia é entendida como uma ferramenta de controle social.

As visões ideológicas de mundo buscam manter ou transformar o sistema social, econômico, político e cultural existente relacionada a um indivíduo, grupo, ou regime. Em se tratando da política partidária percebe-se que os cidadãos encontram-se muitas vezes descrentes que haja de fato uma mudança no sistema societário que possa vir a contemplar a satisfação de suas necessidades sociais, amenizando ou erradicando as refrações da questão social.

Assim os cidadãos intuitivamente associam discursos e ideais de partidos políticos a alguns integrantes políticos que não possui o compromisso com a sociedade e sim com seus próprios interesses. São aqueles políticos que fazem a chamada politicagem.

Percebe-se também que os discursos e promessas feitas por candidatos levam esperança a população, levam a acreditarem em mudanças no modelo de sociedade que vivemos esse modelo desigual e espoliativo ao qual estamos inseridos. Nesse contexto se tem como exemplo o caso das eleições partidárias no Brasil, onde através do voto direto, se elege representantes integrante de partidos políticos para que este(s) possa(m) promover ações contemplativas por meio das políticas públicas para a qualidade de vida dos eleitores em geral para a população brasileira.

Porém já é comum acontecer casos de que políticos ao chegarem ao poder, ou seja, direção da sociedade, deixarem de cumprir com promessas feitas em época de campanhas eleitorais, dificilmente as ações prometidas, continuam leais às ideias que norteavam seus discursos de igualdade, justiça e equidade.

Mas o conceito de ideologia também possui um sentido positivo e não apenas o sentido de mascaramento do real tão presente no pensamento marxista. De acordo com Bobbio

A ideologia no sentido positivo designa o “*genus*, ou *espécie*” diversamente definida dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos (1995, p. 52).

Ou seja, entende-se que em cada cultura, e em cada sociedade “complexa” ou menos “complexa” há a presença da ideologia em suas bases. Ela possui um papel fundamental: o de nortear, orientar as tomadas de decisões sociais, econômicas, culturais.

Sell (2006) sinaliza que as ideologias políticas estão sempre ligadas a grupos sociais, movimentos e partidos políticos, e que cada proposta e projetos possuem um ideal. Tendo assim uma ideologia e que cada ideologia contém uma determinada visão de como deve ser organizada a sociedade e qual deve ser a relação entre a sociedade e Estado, o que está permeado pelos mais variados valores, crenças e princípios e também não se pode deixar de falar sobre os vícios.

Neste caso pode haver tantas ideologias quantos forem os princípios vistos pelos indivíduos como necessários para organizar a ordem social e política de uma sociedade.

Ainda de acordo com Sell não podemos descrever o campo da política apenas como a luta pelo poder. Ou seja, este campo não é restrito, limitado e sim um campo amplo propício a debates, questionamentos, ideais, atuações e ações. Nesse campo como indica o autor há um intenso desenvolvimento de atividades. Atividades que podem ser desenvolvidas por diversos sujeitos sociais que possui determinados valores e princípios que nortearão tais ações. Quando essas ações e ideais são compartilhados por outros cidadãos, grupos ou organizações sociais, voltada para a ação prática na sociedade, estes valores e princípios são chamados de “ideologias políticas” e dessa forma podemos dizer que a ideologia está presente no cotidiano das pessoas, muitas vezes de forma implícita ou explícita.

Seguindo a mesma linha de raciocínio Andrew Heywood (2010) afirma que todos nós pensamos politicamente. Tendo consciência ou não, as pessoas usam ideias e conceitos políticos sempre que expressam opiniões. Assim percebemos em nosso cotidiano a presença de inúmeros termos que são carregados de significância histórica e ideológica. Dentre as palavras mais usadas está: “liberdade”, “igualdade”, “justiça” e “direitos”. Assim como o uso das palavras: “conservador”, liberal”, “socialista”, “comunista” e “fascista”. Onde se utiliza para descrever o próprio ponto de vista seus ideais e valores de acordo com a concepção de cada cidadão e sociedade.

Sell (2006) reafirma a concepção que a palavra “ideologia” tem o significado relativo, ou seja, vai variar de acordo com a aceção de cada autor. Ele também sinaliza que seu conceito é comumente usado em ciências sociais e que é uma tarefa difícil que envolve diálogo com as mais diversas correntes teóricas até porque para definir o que é “ideologia” necessita-se de um estudo aprofundado das mais variadas correntes. Assim como o pensamento de Zizek.

“Ideologia” pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante (1996, p.9).

Neste sentido Zizek deixa claro que a ideologia para muitos autores pode ter diversos significados e que pode ter sentidos diferentes de acordo com o contexto histórico-político social.

1.1 SENTIDO HISTÓRICO

Recorrendo ao sentido histórico do termo “ideologia”, buscamos seu conceito mediante os aportes de Marilena Chauí e sua contribuição para esta discussão teórica. Esta palavra é bastante pronunciada, principalmente por grupos sociais, partidos políticos, indivíduos e organizações sociais inseridos direta ou indiretamente na política, inclusive a política partidária do município de Parintins-AM. Chauí afirma que:

Esse termo surge em 1801 no livro de Destutt de Tracy, *Eléments d'Ideologie* (Elementos de Ideologia) juntamente com o médico Cabanis, De Gérando e Volney. Estes buscavam elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elaboram uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção), e recordar (memória). (1991, p.23).

Esses teóricos franceses segundo a história eram antiteológicos, antimonárquicos e antimetafísicos, e também pertenciam ao partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas

exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral. Eles também foram partidários de Napoleão, eram integrantes de um grupo e apoiaram o golpe do 18 Brumário. Julgavam que Napoleão era um liberal continuador dos ideais da Revolução Francesa. Assim.

O sentido pejorativo dos termos “ideologia” e “ideólogos” vieram de uma declaração de Napoleão que, num discurso ao conselho de Estado em 1812, declarou: “Todas as desgraças que afligem a França devem ser atribuídas à ideologia” (CHAUI, 1991, p, 23).

Esse sentido negativo disseminou-se pelo mundo e ganhou muitos adeptos, teóricos que após estudo do termo em suas determinadas épocas perceberam como, por que, para quê e por quem essas palavras eram propagadas.

Nas contribuições de Karl Marx este termo conserva o significado napoleônico, ou seja, o ideólogo vem a ser considerado aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Para Marx o sentido negativo atribuído à ideologia significa um conjunto de falsas representações que tem como objetivo primordial difundir os interesses das classes dominantes. Difunde uma “falsa consciência”, apresenta apenas a aparência dos fenômenos sociais omitindo assim a sua real forma.

Chauí (1991) cita a ideologia Alemã, como exemplo, onde Marx expõe de modo muito breve a passagem das formas de propriedade ou da divisão social do trabalho na sociedade, cujas transformações constituem o solo real da história real.

É a partir dessas considerações que podemos entender como para Marx e Engels a ideologia surge no instante em que a divisão social do trabalho separa trabalho material ou manual de trabalho intelectual. Marx é inflexível ao afirmar que as ideologias são justamente as ideias que as classes proprietárias dos meios de produção difundem para legitimar e perpetuar sua dominação. Ou seja, ideologia é uma ferramenta de alienação. Que os proprietários se utilizam para conter ou controlar seus subordinados de forma pacífica.

Na tradição marxista é costume se pensar o conceito de ideologia em duas interpretações bem difundidas: a instrumentalista e a sistêmica, onde para a primeira visão têm-se as ideologias como visões de mundo e representações da realidade elaboradas para legitimar a classe dominante e mascarar os reais fundamentos da sociedade. Mascarar a verdadeira estrutura ao qual a sociedade se assenta.

Nessa visão negativa e fatalista do termo, Marx faz uma crítica após a análise da sociedade e o modo de produção, e verifica um dos pontos cruciais e mantenedor desse estado de passividade do proletariado, que é a não consciência de classe. Assim nessas concepções a ideologia tem com objetivo apaziguar, naturalizar e alienar a consciência dos trabalhadores.

Na visão sistêmica a ideologia é entendida como “ilusão socialmente necessária”. O que vem a ser fruto do próprio sistema social que não aparece de forma transparente aos olhos dos atores sociais. Em consenso entende-se que a ideologia é necessária para a concepção de construção ou transformação societal, e que cada cidadão possui uma ideologia, um ideal perante a sociedade, ao qual vive.

1.2 TIPOS DE IDEOLOGIA POLÍTICAS

De acordo com Heywood (2010) a trajetória da ideologia como termo político teve origem nos textos do teórico Karl Marx. E o uso que ele fez dessa palavra e o interesse que as gerações posteriores de pensamentos marxistas tinham por ela explicam em grande medida o destaque da ideologia no pensamento político e social moderno. Assim ao longo da história moderna e contemporânea é de conhecimento que houve diversos princípios e valores que foram propostos por diferentes movimentos políticos, dando origem a diversos tipos de ideologias.

Entre as ideologias que ajudaram a moldar a história do mundo moderno, tem-se segundo os postulados de Sell (2006), o Anarquismo, Absolutismo, Liberalismo, Socialismo, Comunismo, Social-democracia, Nacionalismo, Nazismo, Fascismo, Stalinismo, Trotskismo, Maoísmo, Integralismo, Democracia cristã, Pacifismo, Conservadorismo, Populismo

dentre outras. No quadro abaixo temos algumas dessas ideologias políticas para melhor compreensão.

Quadro 1. As ideologias na primeira modernidade

Ideologias na primeira Modernidade			
Tipos	Ideologias	Modelo de economia	Modelo de Estado
DIREITA	Conservadorismo		Estado centralizado
	Neoliberalismo	Capitalismo de livre mercado	Estado mínimo
CENTRO	Social-democracia	Capitalismo regulado pelo Estado	Estado de Bem-Estar Social
ESQUERDA	Socialismo/Comunismo	Substituição do capitalismo pelo comunismo	Estado planejador
	Anarquismo		Sociedade sem Estado

Figura 1: Tipos de ideologias referente à primeira modernidade

Fonte: (SELL, 2006, p. 53)

Este quadro exemplifica as ideologias na primeira modernidade, onde dentre as diversas concepções de sociedade e Estado que orientou a vida política da primeira modernidade, três visões se destacaram: o liberalismo, o socialismo e a social democracia.

1.2.1 LIBERALISMO: ideologias liberalistas na primeira modernidade

Tem-se neste contexto de ideologias o liberalismo clássico e o liberalismo moderno, há uma distinção entre eles, pois o liberalismo clássico segundo Heywood (2010) foi à primeira tradição liberal e suas ideias se desenvolveram durante a transição do feudalismo para o capitalismo e atingiram o auge no início da industrialização no século XIX.

Ainda seguindo os pensamentos de Heywood, as ideias do liberalismo clássico assumiram várias formas, mas tem muitas características em comum. Assim sendo o autor afirma que esta visão de mundo consiste em:

Em primeiro lugar, apoiam o individualismo egoísta. Seus defensores consideram os seres humanos como criaturas racionalmente interesseiras, com uma capacidade notável de autonomia. E que a sociedade é, portanto, vista como atomística composta por uma coleção de indivíduos autossuficientes, o que significa que as características da sociedade remontam aos traços mais fundamentais da natureza humana. Em segundo lugar, eles acreditam na liberdade negativa. O indivíduo é livre na medida em que é deixado sozinho, sem interferência ou coerção de outros. Conforme a liberdade nesse sentido é a ausência de limitações externas ao indivíduo. Em terceiro lugar, o Estado é considerado, na melhor das hipóteses, “um mal necessário”. (2010, p. 55).

Considerando esses três aspectos é preciso entender o Estado como um mal necessário: necessário porque estabelece as condições para uma existência ordenada; e é um mal porque impõe à sociedade uma vontade coletiva, limitando assim a liberdade e as responsabilidades do indivíduo, ou seja, entende-se que o Estado é o norteador para organização da vida em sociedade e por outro lado vem impor um Estado de coletividade social e restrição da liberdade individual.

De acordo com essa perspectiva do liberalismo moderno, enquanto o liberalismo clássico é caracterizado por uma consistência teórica clara, o moderno vem representar uma ligação entre o novo e o velho liberalismo, e assim personifica as tensões ideológicas e teóricas, em particular sobre o próprio papel do Estado.

Seguindo a linha de ideologias do regime liberal tem-se o Liberalismo Social que o século XX testemunhou o crescimento da intervenção estatal na

maioria das nações ocidentais e em muitas nações em desenvolvimento. E que grande parte dessa intervenção assumiu a forma de bem-estar social, ou seja, tentativas do governo de proporcionar bem-estar aos cidadãos por meio da superação da pobreza, da doença e da ignorância, ou seja, as refrações da questão social.

Vale ressaltar que o Estado mínimo foi típico do século XIX, durante o século XX e os Estados modernos também se tornaram Estados de bem-estar social e isso ocorreu em consequência de vários fatores históricos e ideológicos. Dentre eles as visões dos governos vislumbravam a eficácia nacional, ou seja, trabalhadores mais saudáveis e exércitos mais fortes.

No entanto é preciso considerar, como afirma Heywood (2010), que a defesa da política do Estado de bem-estar social nesse cenário de busca para proporcionar o bem-estar não foi prerrogativa de nenhuma ideologia em particular. De diferentes maneiras, foram endossados por socialistas, liberais, conservadores, feministas e até mesmo fascistas. Que são grupos organizados com ideias, valores, princípios e ideologias distintas.

O Estado de bem-estar social vem a ser defendido pelos liberais modernos, em nítido contraste com os liberais clássicos, que exaltam as virtudes da autossuficiência e da responsabilidade individual. Assim sendo:

Os liberais modernos defendem o Estado de bem-estar com base na igualdade de oportunidades circunstanciais sociais em que se encontram. E o Estado tem a responsabilidade social de diminuir ou eliminar as desvantagens para criar oportunidades iguais, ou ao menos não tão desiguais. Desse modo, os cidadãos conquistaram vários direitos sociais ou de bem-estar, como o direito a emprego, educação e moradia decente. (HEYWOOD, 2010, p. 67)

O Estado para os liberais modernos possuem um papel fundamental para a garantia de direitos sociais. Os direitos dispostos no Estado de bem-estar social são direitos positivos porque só podem ser garantidos com ações positivas do governo, por meio da provisão de pensões e benefícios estatais e, possivelmente, saúde e educação públicas.

Um dos exemplos que buscamos na história é a expansão de Estado de bem-estar social no Reino Unido que se baseou no relatório Beveridge (1942), que determinava o combate aos chamados “cinco gigantes: escassez, doenças, ignorância, miséria e ociosidade”. Prometia proteger os cidadãos “do

berço ao túmulo”. Este exemplo retrata muito bem o provimento de direitos do Estado de bem-estar que;

Nos Estados Unidos o Estado liberal de bem-estar social surgiu nos anos 1930 durante o governo de F.D. Roosevelt, mas alcançou o auge na década de 1960 com as políticas de “Nova Fronteira”, de John F. Kennedy, e o programa “Grande Sociedade”, de Lyndon Johnson (HEYWOOD, 2010, p. 68).

Nas concepções do autor o liberalismo social se desenvolveu ainda mais na segunda metade do século XX com o surgimento do chamado liberalismo Social-democrático, dispostos nos textos de (John Rawls apud Heywood);

O liberalismo social-democrático se distingue por seu apoio à relativa igualdade social, vista em geral como o valor que define o socialismo. Em uma teoria da justiça (1970), Rawls defendeu a redistribuição e o bem-estar social com base na ideia de “igualdade” como “equidade”. Ele afirmava que, se os indivíduos não fossem cientes de sua posição e circunstâncias sociais, eles veriam uma sociedade igualitária como “mais justa” do que uma sociedade desigual, porque o desejo de evitar a pobreza é maior que a atração pela riqueza. (2010, p. 68).

O quadro 2 mostra as tensões entre o liberalismo clássico e moderno e suas distinções sobre a visão de mundo.

Tensões no Liberalismo		
Liberalismo Clássico	X	Liberalismo Moderno
Liberalismo econômico	X	Liberalismo social
Individualismo egoísta	X	Individualismo progressista
Maximização da utilidade	X	Crescimento pessoal
Liberdade negativa	X	Liberdade positiva
Estado mínimo	X	Estado promotor
Economia de livre mercado	X	Economia controlada
Justiça baseada em direitos	X	Justiça vista como equidade

Meritocracia estrita	X	Preocupação com os pobres
Responsabilidade individual	X	Responsabilidade social
Rede de segurança social	X	Bem-estar do berço ao túmulo

Figura 2: tensões referentes ao Liberalismo

Fonte: (HEYWOOD, 2010, p. 69)

O contexto histórico-político do liberalismo no século XXI foi permeado pelo otimismo liberal que atingiu o ápice nos anos que sucederam ao colapso do comunismo, ou seja;

Tendia a uma nova ordem mundial tudo parecia ter se tornado realidade, como proclamavam os teóricos do “fim da história”, foi então que a democracia liberal se apresentava como solução definitiva para o problema de organização política. E isso logo após se confirmou tanto com uma nova onda de democratização nas nações pós-comunistas e em desenvolvimento quanto à “paz liberal” que parecia reinar nos assuntos internacionais com o fim da Guerra Fria. (HEYWOOD, 2010,p.71).

De acordo com Heywood há dois principais motivos para acreditar que essas tendências, apesar de retrocessos temporários, continuarão no século XXI, tornando-o o século do liberalismo mundial. Sendo que o primeiro consiste em compreender a diversidade e complexidade das sociedades e para tal requer meios de comunicação entre o Estado e os cidadãos.

Heywood é categórico em afirmar que só uma organização política liberal pode proporcionar um governo baseado em regras, eleições regulares e competitivas e liberdade de associação que permitem que o processo político reaja às pressões sociais vindas de várias direções. Sugerindo que os sistemas políticos de todo o mundo serão configurados com base em princípios liberais-democráticos.

Heywood acrescenta ainda que outro motivo consiste no avanço do liberalismo que está relacionado com a construção visivelmente desumana de um sistema capitalista mundial e que um século globalizado, portanto, coincidirá com o estabelecimento do liberalismo mundial, tanto em sua forma econômica quanto política.

1.2.2 SOCIALISMO E SOCIAL-DEMOCRACIA

O socialismo deriva do latim *Sociare*, que significa reunir ou compartilhar. Como ideologia o socialismo costuma ser definido pela oposição ao capitalismo e pela tentativa de oferecer às pessoas uma alternativa de vida mais humana e socialmente mais digna. Esta ideologia possui um ideal de mundo voltado aos seres humanos como seres sociais unidos por uma humanidade comum e essa concepção destaca o quanto a identidade do indivíduo é moldada pela interação social e pela participação em grupos e entidades coletivas. Como organizações e cooperativas, o homem é um ser social e por tal motivo produz e se reproduz socialmente. (HEYWOOD, 2010, p. 107).

Para o autor o principal valor do socialismo é a igualdade, sobretudo a igualdade social que constitui a maior garantia de coesão e estabilidade social. Além disso, ela promove a liberdade, uma vez que pretende satisfazer as necessidades materiais e fornece as bases para o desenvolvimento pessoal.

O socialismo se definiu como um programa político que tinha na superação do capitalismo seu objetivo central. Logo, todas aquelas forças que lutam pela superação do capitalismo e pela construção de um sistema social alternativo seriam as forças da esquerda. (HEYWOOD, 2010, p. 65)

Heywood também enfatiza que o socialismo também engloba uma enorme variedade de divisões e tradições antagônicas. Essas divisões referem-se tanto aos “meios” (como o socialismo deve ser alcançado) quanto aos “fins” (a natureza da futura sociedade socialista).

Em relação a Social-Democracia podemos dizer que do ponto de vista ideológico procurou reformar ou humanizar o capitalismo, passou a defender o equilíbrio entre a economia de mercado por um lado e por outro a intervenção estatal.

A social-democracia desenvolveu-se mais plenamente logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o entusiasmo por ideias e teorias Social-Democratas se estendeu muito além de seu berço socialista. No entanto a social-democracia lutou para manter sua relevância política e eleitoral diante do avanço do neoliberalismo e das novas circunstâncias sociais e econômicas. (HEYWOOD, 2010, p.136).

Nessa perspectiva podemos dizer, principalmente com relação às ideologias de esquerda, que estas partem do princípio de que o capitalismo é um sistema econômico que deve ser eliminado e substituído. A principal diferença com relação à Social-Democracia é que, apesar dos grupos social-democratas concordarem que o capitalismo possui deficiências, este não pode ser eliminado e o melhor que podemos fazer é compensar estas deficiências através da mediação do Estado (SELL, 2006). O Estado se insere nesse contexto com um papel fundamental: o de mediar e subsidiar bens e serviços para a população.

Entende-se a social-democracia também como ideologia reformista ou do reformismo, pois ela defende a ideia de que o capitalismo pode ser humanizado pela ação consciente das forças políticas. É necessário deixar claro que ela não tenta extinguir esse modelo, mais sim transformá-lo em um sistema que procure preservar não apenas o econômico como também o social, deixando a ferocidade econômica menos acirrada para que haja oportunidade para todos.

Vemos assim que as diferentes ideologias e regimes mostram as mais variadas formas de se pensar a sociedade e a organização social. Porém apesar de um regime tentar subverter o outro, muitos deles acabam mesclando ideais e doutrinas, há esse compartilhamento das ideologias e muitas vezes as ideologias se confundem com a junção e a coligação, como é o caso de inúmeros partidos políticos na atualidade que em ano eleitoral as ideologias de esquerda se juntam com de direita e assim por diante.

Nesse aspecto Heywood (2010), contribui afirmando que a ideologia política simplesmente não tem lugar num mundo pós-moderno e globalizado, caracterizado pela fragmentação social e dominado pelo consumo pessoal. Porém o autor deixa claro: o que estamos presenciando não é tanto o fim da ideologia (sempre uma declaração arriscada), mas sim o fato de que as principais tradições ideológicas foram, com efeito, superadas pela história.

Por fim chegamos à ideologia que nos permite pensar a “liberdade” e a “participação” neste caso a democracia que é o atual estágio da modernidade, constituindo uma das formas de organização política das sociedades contemporâneas e tendo a legitimidade de organização do poder que garante a liberdade dos indivíduos.

1.2.3 DEMOCRACIA: GOVERNO POPULAR

Para Sell (2006), ao longo da História do Ocidente, o governo popular assumiu três modelos fundamentais: a democracia direta, a democracia representativa e a democracia participativa. Tomamos como experiência de democracia direta da Grécia para se compreender o significado da Democracia. Pois foi em Atenas que a democracia alcançou seu maior desenvolvimento, no século IV a.C, quando adotou o regime democrático.

Seguindo a história mediante os aportes de Sell (2006), as reformas legais que introduziram a democracia em Atenas são atribuídas pelos historiadores aos governos de Sólon (594-593 a.C) e Clístenes (508 -507 a.C). Por estes motivos esses governantes podem ser considerados os “fundadores” da democracia. Além de elaborarem uma série de mecanismos institucionais pelos quais o povo passou a exercer, diretamente, o poder político. Nesse aspecto tem-se;

A principal contribuição dada pelos gregos à história da política Ocidental é a clara distinção que os mesmos introduzem entre a esfera privada (reservada para as mulheres e os escravos) e a esfera pública (ou a esfera da política), reservada para as atividades dos cidadãos. Para os gregos, a política se exerce na esfera pública (coletiva), e não é uma expressão do poder privado. É esta noção que dá suporte ao conceito de “política” formulado pelos gregos e que distingue este conceito de política da sua versão e outros povos. (SELL, 2006, p.81).

A democracia era de extrema importância para os gregos e possui um grande valor, pois para eles quem não participava das questões públicas merecia ser considerado como um inútil. Mas também como em todo regime a democracia possui seus críticos, ela passou a ser analisada e vários de seus limites foram apontados.

Um desses intelectuais é Platão que classificou as formas de governo em seis possibilidades que estariam distribuídas: duas só existem de forma ideal e quatro no mundo real. Assim segue no quadro 3. A exemplificação dessa teoria.

Quadro 3. Teorias das formas de governo entendida por Platão.

Teorias das formas de governo de Platão		
Governo	Significado	Localização
Monarquia	Governo de um só	Perfeita (mundo ideal)
Aristocracia	Governo dos melhores	Perfeita (mundo ideal)
Timocracia	Governo dos militares	Imperfeita (mundo real)
Oligarquia	Governo de poucos	Imperfeita (mundo real)
Democracia	Governo do povo	Imperfeita (mundo real)
Tirania	Governo de forte	Imperfeita (mundo real)

Figura 3. Teorias das formas de governo entendida por Platão
 Fonte: (SELL, 2006, p.82)

Além das análises de Platão o filósofo Aristóteles tece suas análises e critica a respeito do significado de democracia realizando uma comparação com outros regimes de governos como segue no Quadro 4.

Onde para ele, levando-se em consideração dois critérios, o número de governantes (se eram um, poucos ou o povo) e ainda o modo como o poder é exercido (se para o bem público ou para o interesse privado), podiam ser encontrados seis formas de governo (SELL, 2006).

Quadro4. Teorias das formas de governo de Aristóteles

Teorias das formas de governo de Aristóteles		
Formas perfeitas		
GOVERNO	ETIMOLOGIA	SIGNIFICADO
Monarquia	<i>Mónos</i> = um <i>Arqué</i> = governo	Governo de um só
Aristocracia	<i>Aristoi</i> = melhores <i>Krátos</i> = governo	Governo dos melhores
Democracia	<i>Démos</i> = povo <i>Krátos</i> = governo	Governo do povo
Formas corrompidas		

GOVERNO	ETMOLOGIA	SIGNIFICADO
Tiranía	<i>Mónos</i> = um <i>Arqué</i> = governo	Governo mau de um só
Oligarquia	<i>Óligoi</i> = poucos <i>Arqué</i> = governo	Governo mau de poucos
Democracia	<i>Démos</i> = povo <i>Krátos</i> = governo	Governo mau do povo

Figura: 4. Teorias das formas de governo de Aristóteles
Fonte: (SELL, 2006, p. 83)

Vale ressaltar que essa análise de forma de governo dos filósofos Platão e Aristóteles entraram em decadência, por motivo de inúmeras guerras internas, porém no plano do pensamento, a ideia de democracia ficou e passou a ser desenvolvida sob o conceito de “soberania popular” especialmente no pensamento jurídico romano e no pensamento teológico medieval. Sobre o pensamento medieval Bobbio afirma que;

Os juristas medievais elaboraram a teoria da soberania popular, partindo de algumas conhecidas passagens do Digesto, tiradas especialmente de Ulpiano (Democracia, I,4,1), onde [...] se diz que o príncipe tem autoridade porque o povo lhe deu [...] e o de Juliano (Democracia, I,1, 32), onde, a propósito do costume, como fonte de direito, se diz que o povo cria o direito não apenas através do voto, dando vida às leis, mas também *rebus ipsis et factis*, dando vida aos costumes.(1995, p. 321).

Na modernidade a democracia ressurgiu no cenário social só que na sua forma representativa que para Bobbio pode ser considerada também como “democracia indireta”. Assim para ele tem-se:

“A expressão democracia representativa”, que significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por essas pessoas eleitas para esta finalidade. (1995, p.84).

Esta ideia é repleta de indagações, pois têm-se a “representação do poder”, o sentido está na representação política, na possibilidade de controlar o

poder atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder. Seguindo essa linha de pensamento Sell afirma que:

As democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representantes entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é mais responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses desta ou daquela categoria. (2006, p. 86).

Seguindo os mecanismos de representação, no século XIX pôde-se notar à constante expansão do sufrágio eleitoral, que torna o parlamento responsável diante da sociedade. É importante ressaltar que é nesse espaço de tempo que, a origem dos partidos políticos (inicialmente facções parlamentares) e seu progressivo processo de inserção social (concomitante com a extensão do voto), fizeram deste organismo um dos principais atores do cenário político da democracia representativa. (SELL, 2006).

O autor vai além e indica que o principal mecanismo pelo qual os governos se tornaram responsáveis diante da sociedade é o sufrágio eleitoral, ou o voto, realizado através das eleições. Lima Júnior destaca que;

O voto ou “o sufrágio universal” e a igualdade perante a lei são os princípios estruturantes do sistema eleitoral democrático: um homem, um valor, constitui assim a expressão síntese e, simultaneamente, o teste efetivo da “soberania popular”. Todavia, embora o voto (ou sufrágio eleitoral) seja o elemento determinante das democracias representativas, isto não significa que todas sejam iguais. (1997, p. 84).

O que o autor vem propor é que ao contrário do que parece no processo de institucionalização da democracia, os Estados ocidentais criaram sistemas políticos bastante diferenciados, nesse sentido existem estudos empíricos que procuram dar conta das diferentes características das modernas democracias ocidentais.

Diante das deficiências do modelo representativo uma grande variedade de pensadores tem defendido um modelo de democracia mais participativa, entendida como um conjunto de experiências e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida

política através de canais de discussão e decisão. Onde há espaço público tem que haver a participação popular. Esse novo modelo de democracia contempla o cidadão ao abrir o espaço público para a manifestação da cidadania.

A democracia participativa tem em seu bojo preservar a realidade do Estado, ela vem buscar a superação da dicotomia entre representantes e representados, em outras palavras, os eleitos e os eleitores, os governantes e a população, recuperando assim o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública. Apesar de que na realidade essa participação possui inúmeros desafios do cotidiano, e do sistema que muitas vezes impede a participação ativa dos cidadãos.

Para que a democracia seja possível é preciso que seja criado canais de participação que são os instrumentos pelos quais os cidadãos podem exercer ativamente sua cidadania política. Na literatura sociológica estes canais de participação estão sendo chamados de “Esfera Pública”.

2. PARTIDOS POLÍTICOS: UM BREVE HISTÓRICO

Os partidos políticos com o decorrer dos anos passam por inúmeras crises dentre elas a crise de identidade e ideologia. Todavia, os partidos continuam sendo um dos atores fundamentais dos sistemas políticos contemporâneos (SELL, 2006).

A temática dos partidos políticos muitas vezes foi tratada com desconfiança por muitos teóricos, onde por vezes foi tratado com ideia de “seita” ou “facção”, tendo uma conotação negativa associada à palavra. Sell afirma que este termo foi sendo desconstruído lentamente com o passar do tempo, obtendo uma associação do termo levado a “tomar parte” ou “fazer parte de algo”. Nesse sentido entende-se que;

Mesmo com a desconstrução paulatinamente da expressão negativa do termo partido político, alguns pensadores como Bolingbroke e David Hume possuem uma visão de que os partidos nascem dos interesses e das paixões, além de David classificar partidos em tipos (grupos de pessoas ou grupos oriundos de interesses, princípios e afeições), vai mais além ao dizer que seria desejável abolir os partidos, ainda que isto não seja viável. (2006, p. 52).

Faz-se necessário uma abordagem da terminologia da palavra para que possamos analisar o sentido positivo atribuído, onde este termo representa uma série de sentidos que contribui de forma relevante ao conhecimento histórico-político da realidade desses partidos que surgiram alicerçados sobre bases ideológicas. Seguindo os aportes de Sell,

A aceitação da palavra e do significado positivo do termo partido político está ligada a própria aceitação do pluralismo como valor cultural. É somente na medida em que a diversidade de grupos, interesses e ideias passaram a ser vistas como algo normal e até necessário para o exercício da liberdade que a pluralidade de partidos foi sendo vista como elemento fundamental para a existência e o funcionamento dos regimes democráticos. (2006, p.152).

Historicamente podemos dizer que foi a corrente marxista que deu destaque ao papel dos partidos políticos com Karl Marx e Friedrich Engels e com o surgimento dos sindicatos e as lutas dos proletariados por melhorias e contra a exploração. Especialmente a classe que não possuía os meios de produção, o proletariado, passou a criar mecanismos de organização política das classes sociais.

E é principalmente neste cenário, mas não o único, que surgem os partidos políticos e assim assumem a função fundamental tendo como o objetivo de unificar os operários, superando suas divisões. Para Sell esses “partidos revolucionários” tiveram como tarefa principal levar até as massas a consciência de classe e liderar a revolução socialista.

Dentre as definições tradicionais dos partidos políticos Max Weber conceitua que:

Partidos são em sua essência mais íntima, [...] organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento necessariamente sempre renovado, em oposição a todas as corporações fixamente delimitadas pela lei ou pelo contrato. Seu objetivo é hoje e sempre a obtenção de votos nas eleições para cargos políticos (apud SELL, 2006, p.156).

Esse termo de partidos políticos na ciência política contemporânea salienta os aspectos formais e organizacionais destes grupos organizados, além dos objetivos que os qualificam como instituição política. Assim para La Palombara e Weiner (1966) há 4 critérios que definem um partido político dentro de suas perspectivas;

1) Uma organização durável, isto é uma organização cuja esperança de vida política seja superior à dos seus dirigentes de momento; 2) uma organização local bem estabelecida e aparentemente durável mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional; 3) A vontade deliberada dos dirigentes nacionais e locais da organização de conquista e exercer o poder; só ou com outros, e não simplesmente – exercer influência sobre o poder; 4) A preocupação, enfim, de buscar o apoio popular por intermédio das eleições ou por qualquer outra forma.(1966, p. 5-7).

Mediante a contribuição de vários dos autores, podemos dizer que esses critérios difundidos são elementos de legitimação das agremiações levando a mínima definição de partido político. Nessa linha de pensamento Sartori (1982) com base neste procedimento vem apresentar que nessa perspectiva um partido político é qualquer grupo identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos.

Também é relevante salientar a importância da função dos partidos políticos no interior do sistema político. De acordo com Sartori (1982) a função geral dos partidos políticos é de exercerem o papel de mecanismo de comunicação entre a sociedade e o Estado. Assim atuando em três espaços distintos: 1) o espaço social; 2) o espaço eleitoral; 3) o espaço governamental. Além da função de: 1) representar e expressar o interesse da sociedade; 2) participar e organizar a disputa dos candidatos pelos votos dos eleitores; 3) exercer o governo do Estado.

Nas definições que dão relevo ao papel eleitoral dos partidos políticos destacam-se suas funções na estruturação da escolha dos representantes segundos as contribuições de Schwartzberg que salienta que neste âmbito os partidos exercem três tarefas básicas;

1) Formação sobre opinião: apresentação de temas, agendas e perspectivas sobre os problemas sociais e políticos que condicionam a opinião pública e a escolha dos eleitores; 2) Seleção de candidatos: recrutamento e socialização de indivíduos para atividade política; 3) Enquadramento dos eleitos; aglutinação dos seus membros em nome da disciplina, unidade partidária e consecução de objetivos comuns.(1979, p.494 -496).

Tem-se nesse contexto de reflexões que privilegiam a análise dos partidos políticos na arena social destacam-se o papel representativo. Entende-se que o papel representativo dos partidos pode ser desdobrado em duas dimensões:

1) Agregação de interesses: sob este aspecto os partidos captam ou recolhem os diversos interesses formulados pelos grupos de pressão ou os problemas presentes no âmbito da opinião pública geral; 2) Articulação de interesses: sob este aspecto os partidos procuram dar unidade às demandas integrando-as em programas governamentais para serem apresentados no âmbito da opinião pública geral. (SELL, 2006, p. 157)

Apesar da validade destas contribuições, as reflexões sobre os partidos políticos tendem a privilegiar a atuação destes organismos na arena social e política e a literatura que trata de sua função governativa ainda é bastante incipiente.

Para Sell (2006) no contexto dos Sistemas Partidários embora a divisão desses sistemas em três categorias (unipartidário, bipartidário e multipartidário) seja muito conhecida, há necessidade de superar a mera contagem dos partidos existentes (e de distingui-los dos partidos relevantes) e ainda qualificar a dinâmica de cada um destes sistemas levou os pesquisadores a um maior aprofundamento da questão.

O autor afirma que atualmente, entre os estudiosos da ciência política podemos identificar duas classificações. Enquanto a primeira privilegia o desempenho eleitoral dos partidos, a segunda considera o nível de competição existente em cada sistema partidário. Com base no “desempenho eleitoral” dos partidos políticos pode-se identificar os seguintes tipos de sistemas partidários.

Sistemas bipartidários: 1) os dois maiores partidos superam 90% dos votos (EUA, Reino Unido, Austrália e Nova Zelandia); 2) Sistemas de dois partidos e meio: os dois maiores partidos somam 75% dos votos e o sistema comporta ainda um terceiro partido menor do que os maiores (Alemanha, Canadá e Bélgica); 3) Sistemas multipartidários com partido predominante: a soma dos dois maiores partidos chega a 75% dos votos, com um partido recebendo cerca de 40% dos votos (Dinamarca, Suécia e Itália); 4) Sistemas multipartidários sem um partido predominante: os dois maiores partidos recebem mais de 50% dos votos. (SELL, 2006, p.158).

Sartori (1982) por sua vez constrói uma tipologia dos sistemas partidários levando em consideração duas variáveis fundamentais: o grau de competitividade do sistema e perfil ideológico dos partidos. Com base nestes critérios, o autor apresenta sete tipos (ou classes) de sistemas partidários: como mostra o quadro 5.

Quadro 5.

SISTEMAS PARTIDÁRIOS		
COMPETITIVIDADE	TIPOS DE SISTEMAS	NÚMEROS
SISTEMAS NÃO – COMPETITIVOS	1) Partido Único	SISTEMAS UNIPARTIDÁRIOS (Partidos de Estado)
	2) Partido Hegemônico	
SISTEMAS COMPETITIVOS	3) Partidos Predominante	
	4) Dois partidos	SISTEMAS BIPARTIDÁRIOS
	5) Multipartidarismo Limitado	SISTEMAS MULTIPARTIDÁRIOS
	6) Multipartidarismo Extremado	
	7) Multipartidarismo Atomizado	

Figura 5. Sistemas Partidários

Fonte: (Sartori, 1982).

Estes diferentes sistemas partidários podem ser definidos da seguinte forma:

- 1) *Sistemas de Partido Único*: apenas um partido existe e tem permissão para existir. É assim porque esse partido veta, tanto de direito como fato, qualquer tipo de pluralismo partidário.
- 2) *Sistemas de Partido Hegemônico*: o partido hegemônico não permite uma competição formal ou pelo poder. Outros partidos

podem existir, mas como segunda classe, como partidos tolerados, pois não tem autorização para competir com o partido hegemônico em termos antagônicos ou bases iguais. Apesar da existência de outros partidos, não há alternância ou rotação no poder.

3) *Sistemas de partidos predominantes*: um sistema de partido dominante existe na medida em que, e enquanto, seu partido é apoiado de maneira constante por uma maioria vencedora (a maioria absoluta de cadeiras) dos eleitores. Por isso, neste sistema também não ocorre à rotação no poder.

4) *Sistemas de dois partidos (ou bipartidário)*: os dois partidos competem por uma maioria absoluta que está ao alcance de ambos. As condições flexíveis para um sistema que funciona de acordo com as regras do bipartidarismo seriam as seguintes: (1) dois partidos estão em condições de competir pela maioria absoluta de cadeiras; (2) um dos partidos consegue, na prática, conquistar uma maioria parlamentar suficiente; (3) esse partido dispõe-se a governar sozinho; (4) alteração ou rotatividade no poder continua sendo uma expectativa possível.

Essa tipologia dos sistemas partidários apresentada é um instrumento fundamental para que a sociologia e a ciência política avancem na compreensão das diferenças e semelhanças dos partidos existentes nas diferentes conjunturas e estruturas dos sistemas políticos contemporâneos. Nesse sentido contribui de forma relevante para o entendimento e ambiguidades referentes a esta questão.

2.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Segundo Maria D'Alva Kinzo “o conceito de representação política tem sido usado nos mais diferentes sentidos, assumindo tão ampla conotação que tem servido para justificar o poder em regimes dos mais diferentes matizes” (1980, p. 21). Kinzo é categórica ao afirmar que desde estadistas que assumiram o poder pela via eleitoral até aqueles sustentados por regimes autoritários, pretendem-se representantes do povo de sua nação, de modo que

o conceito e a prática da representação política nem sempre tem sido relacionados com a democracia e liberdade.

A representação política possui vários sentidos dados por políticos e teóricos políticos. O primeiro modo de se entender o conceito de representação foi dada pela visão de Hobbes, numa concepção centrada na ideia de autoridade. O Segundo enfoque é aquele que desenvolve a ideia da representação como reflexo de alguma coisa ou alguém. E a terceira centraliza a discussão na própria atividade de representar. (KINZO, 1980, p. 21).

Assim o conceito de representar para Hobbes advém da noção de autoridade. Na visão da representação em Hobbes está intimamente ligada à ideia de autoridade; mas precisamente, é o próprio conceito de autoridade que faz possível pensar em representação. Hobbes (1974) parte da noção de que, tendo um homem o direito de executar uma ação, ou seja, a propriedade da ação (o que ele denomina de “autor”), este homem pode executá-la ele mesmo, ou pode autorizar alguém a fazê-la por ele.

Ao passar para o domínio da política, a questão se coloca da seguinte forma. Partindo da ideia do estado de natureza, que é um estado de guerra de todos contra todos e onde a luta permanente de uns contra os outros por desejos conflitantes impossibilitaria a convivência entre os homens, surge necessidade de um pacto social a fim de criar uma união duradoura entre eles e é devido a essa necessidade que os homens criam um Estado, autorizando um entre eles a representá-los.

Embora tenha sido o Hobbes que tenha sido um dos primeiros a pensar a representação como uma questão de autoridade Kinzo (1980), afirma que não foi o único a defender esta ideia. Pois muitos teóricos políticos modernos incorporaram esta definição, seja em sua versão original, seja dando origem a uma versão modificada, salientando o modo como a autoridade é atribuída. Marx Weber também desenvolveu uma concepção semelhante à de Hobbes. Para ele: “a ação de certos membros de um grupo é atribuída ao resto; ou se supõe, e de fato ocorre, que o resto considera a ação como “legítima” para eles próprios e assumindo para eles um caráter de compromisso” (KINZO, 1980, p. 24).

A representação implica autoridade de certos membros específicos para agir pelo grupo, e autoridade implica consentimento, legitimidade. Então na medida em que a ação é legitimada, quem consente compromete-se com a ação.

Da mesma forma, é correto dizer que representar é de algum modo refletir os representados. Em se tratando da concepção descritiva é plausível afirmar que uma das maneiras de assegurar a relação entre representantes e representados é através da presença de um corpo legislativo de representantes de todos os segmentos da população ou ainda, de um grupo ou classe social que tem alguns de seus membros presentes na legislatura.

Pensando um pouco a representação política no Brasil e recorrendo às contribuições de Kinzo (2004), sabemos que a eleição indireta já existia no Brasil durante o período colonial para a escolha dos representantes das câmaras municipais. Nesse período este procedimento do voto oral e aberto, advinha por um lado da noção corrente na época de que o voto constituía um ato público e uma forma do eleitor manter abertamente suas opiniões, embora, na verdade, funcionasse como uma forma de controlar o voto. Por outro lado, respondia a uma questão prática na medida em que o direito de voto se estendia aos analfabetos.

Além da participação desigual nesse processo de escolha dos representantes, uma grande parcela da população estava marginalizada do sistema representativo como os escravos, os que não atingiam a renda exigida e as mulheres cuja exclusão nem constava no texto constitucional.

Independentemente da existência ou não de um sistema representativo nos moldes concebidos pelo pensamento liberal-democrático, um debate se tem dado desde a época imperial sobre a questão da representação política no Brasil. Abstraídos às vezes do que se passava ao nível da participação, das eleições que nada legitimavam senão a própria fraude, teóricos e políticos discutiam sobre o modo de se conformar um corpo representativo, daí resultando frequentes propostas de reforma, sempre com objetivo propalado de trazer a “verdade da representação”. Fazendo também abstração dos condicionantes sócio-econômicos. (KINZO, 2004, p. 95).

Qualquer que seja a ideia de representação, no Brasil do século XIX ou na Europa do século XX, podemos dizer que a representação pode ser pensada por meio de duas questões fundamentais: o que deve fazer um representante e como ele deve agir?

Uma resposta a estas questões poderia ser sintetizada nestas duas afirmativas: a) um representante deve representar um interesse determinado e um corpo de representantes representa o interesse da nação; b) um representante deve ser independente na sua atividade de representar.

De modo geral a representação política é representação de interesses e estes interesses tem uma realidade objetiva que pode trabalhar em dois níveis quando se refere a interesses que devem ser representados:

Num primeiro nível, trata-se de interesses fixos, poucos em número, claramente definidos, na maior parte econômicos, e estão associados a localidades particulares. Menciona, por exemplo, o interesse agrário, o interesse profissional, concebendo-os como realidades independentemente de seus portadores. Nesse sentido, uma localidade “faz parte” de ou “participa de” tal interesse; a localidade não “tem” o interesse é também objetivo, claramente definido, mas não se relaciona a um grupo ou localidade; trata-se aqui do interesse da nação. (Kinzo, 2004, p.33)

Em suma, podemos identificar a representação com o governo da sabedoria e da razão, com uma elite seleta que pensa pelo povo e conduz os destinos da nação: “o parlamento é (...) uma assembléia deliberante de uma nação, com um único interesse, o de todos, onde não deveriam influir fins e preconceitos locais, mas o bem comum”. A forma de representação política é um ato de dar ao representante eleito à função, ou melhor, o poder de escolher e decidir a vida política do representado. Porém tem um mecanismo que contribui para diminuir a distância entre o votante e o eleito: é a participação popular.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Como procedimento metodológico de pesquisa será utilizado nesse trabalho científico à abordagem qualitativa com os sujeitos eleitores e filiados dos partidos políticos pesquisados: Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido socialismo e Liberdade (PSOL), Partido dos Trabalhadores (PT). O enfoque epistemológico será dado na fenomenologia e hermenêutica.

O método qualitativo, segundo Chizzotti (2006, p. 79), pressupõe que “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Além disso, no enfoque fenomenológico-hermenêutico, são colocados em relevo o significado, a compreensão, interpretação e a intencionalidade (TRIVINOS, 1987). A fenomenologia parte do pressuposto de que não há objeto em si, mas o objeto existe para um indivíduo (a consciência é sempre consciência de alguma coisa) e, por isso, o conhecimento consiste na compreensão de fenômenos, a partir dos dados coletados em suas várias manifestações, na elucidação de pressupostos, dos mecanismos ocultos ou subjacentes, dos contextos nos quais os fenômenos se revelam. A compreensão supõe a interpretação, isto é, revelar o sentido ou sentidos, os significados implícitos no objeto de pesquisa, sendo necessária a intervenção da hermenêutica para esclarecer o que está oculto por trás dos fenômenos.

3.1 Os informantes e a amostra

Para esta pesquisa foram utilizados uma amostra de 70 entrevistados. 20 membros de partidos políticos (que sejam filiados a um partido há pelo menos 03 anos) e 50 eleitores da sociedade Parintinense (que tenham exercido o seu papel de cidadão através do voto nas últimas eleições). O universo da pesquisa dos entrevistados membros de partidos políticos foram aqueles que aceitaram, mediante termo de anuência, a participação no projeto: (PSB), (PSOL) e (PT).

Com base no formulário com perguntas abertas e fechadas e das entrevistas que foram realizadas, abordando temas sobre filiação partidária,

identidade ideológica, coligações, voto, entre outros, tivemos condições de cumprir com os objetivos ao qual se propôs este projeto.

3.2 Técnicas e Instrumentos da pesquisa

Como técnicas de pesquisa foram utilizadas os instrumentos a seguir:

Pesquisa Bibliográfica: material bibliográfico auxiliou na compreensão e análise da pesquisa. Esta etapa foi desenvolvida na biblioteca da UFAM-Parintins, além de livros que fazem parte do acervo pessoal do orientador e orientanda;

Aplicação de Questionários: consistiu em elaborar perguntas que estavam de acordo com o que desejávamos descobrir: identificar as atuações e contribuições partidárias à sociedade Parintinense com base em suas ideologias políticas, identificar os tipos de coligações que foram realizadas nas últimas eleições municipais, avaliar a migração e mudanças de partidos políticos entre seus partidários, associar a identidade ideológica e o voto nas eleições de 2012.

Diário de Campo: este é um importante instrumento de trabalho para registro, nele estão contidas informações relevantes.

Entrevistas semi-estruturadas: as entrevistas foram realizadas com 50 eleitores e 20 filiados do (PSB), (PSOL) e (PT). Elaborada a partir de um roteiro de perguntas abertas e fechadas que foi aplicada com os eleitores e filiados. As entrevistas foram gravadas com autorização dos sujeitos pesquisados.

3.3 Análise dos Dados

A partir das entrevistas e dos dados coletados com os sujeitos da amostra da pesquisa foi desenvolvidas a análise dos dados/informações. Os dados qualitativos coletados através de entrevista foram analisados e sistematizados.

3. UM OLHAR VOLTADO PARA ANÁLISE DOS PARTIDOS POLÍTICOS EM PARINTINS: PT, PSB, PSOL

Antes de procedermos nossa análise sobre os dados coletados para esta pesquisa vamos fazer algumas rápidas considerações históricas sobre os partidos que foram avaliados em nosso projeto. Vale salientar que, coincidentemente ou não, todos os partidos que aceitaram participar das entrevistas deste projeto podem ser considerados, de alguma forma, como partidos de “esquerda”.

No Brasil um dos esquemas que vem ganhando força na interpretação da história da esquerda socialista é a fala em ciclos da esquerda. Segundo Pompêu (2007) um recente documento³ do movimento consulta popular fala em três características para definir um ciclo de esquerda.

A predominância de certa interpretação da sociedade (...) a percepção de uma forma de luta estratégica, que, uma vez conduzida com êxito (...) possibilita alterar a correlação de forças entre as classes e inaugurar um novo e mais avançado período de luta, e a presença de uma organização política que se apresenta legitimamente, aos olhos da sociedade e da maioria dos militantes, com a instituição mais autorizada para propor, de defender e aperfeiçoar aquela interpretação e como a mais capacitada para conduzir a luta estratégica, a ela associada (2007, p. 01).

É importante mencionar este documento que Pompêu (2007) se refere, pois, é nele que se torna possível identificar dois grandes ciclos de esquerda no Brasil. O mais recente foi hegemônico pelo Partido Comunista Brasileiro e o mais recente pelo Partido dos Trabalhadores.

Diante dessa efervescência surgiram e consolidaram a maioria das principais organizações socialistas brasileiras atuais. Na forma de tendências afirma Pompêu, tiveram a Democracia Socialista (DS), a causa operária, a Convergência Socialista e muitas outras. Vale frisar que durante o decorrer dos anos houve muitas rupturas, mudanças de nome, fusões e expulsões.

Nesse contexto o Partido dos Trabalhadores, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Socialismo e Liberdade que estão nesse continuum

³ Documento “refundar a esquerda para refundar o Brasil”: <http://www.espacoacademico.com.br/041/41ms-cpopular.htm>. acesso em 30 junho 2014.
http://www.pt.org.br/site/assets/carta_ao_povo_brasileiro.pdf e http://www.ptgte.org.br/pt_25_anos_70/documentos/79_carta_principios.pdf.

direita-esquerda como identificado ideologicamente como sendo Partidos de Esquerda são partidos primordiais para a análise iniciando assim com um breve recorte de suas histórias.

De acordo com os apontamentos da Fundação Abramo (2003), O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), nasceu no contexto de intensas mobilizações sociais que marcaram a história política, econômica e social brasileira.

O PT é fruto da combinação entre a ideia e principalmente prática de trabalhadores da cidade e do campo. O Brasil encontrava-se mergulhado em uma ditadura desde 1964, quando os militares e os setores conservadores apoiaram os EUA, deram um golpe e derrubaram João Goulart. E é nesse período que milhares de pessoas lutavam por melhores condições de vida. Também foi nesse contexto que expressava um momento de conquistas populares e de lutas pelas “reformas de base” (agrária, urbana, trabalhista, entre outras). (2003, p.09).

Desde o início, o PT se organizou como um partido socialista de massa, através de núcleos e diretórios zonais, municipais, estaduais e nacional. De acordo com o contexto histórico foi notório que com a primeira candidatura de Lula e mesmo ele não sendo eleito o PT conquistou o respeito e a confiança de milhões de brasileiros, tornando-se referência de partido. O socialismo defendido pelo PT entende a democracia como um fim, um objetivo, um valor permanente, radicalmente democrático por que supõe a socialização da política, ou seja, a extensão dos direitos democráticos e do incentivo à participação e de todos e todas (ABRAMO, 2003).

Já o Partido Socialista Brasileiro – PSB Segundo Lúcio Flávio Vasconcelos⁴ surgiu em 1947, quando o Partido da Esquerda Democrática, criado no ano anterior, resolveu transformar-se no PSB. Convém saber, contudo, que aquele ano, em verdade, sinalizou a cristalização de ideias e organizações de inspiração socialista já presentes no cenário político nacional na primeira metade do Século XIX. Ainda nos dizeres de Vasconcelos (2008).

⁴Graduado em História pela UFPB, tem Mestrado e Doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP). É professor do Departamento de História da UFPB e também Professor Orientador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPB. Publicou os livros História Política do Sendero Luminoso (1998), Guardiões da Ordem (2001) e América Latina: Entre a Civilização e Barbárie (2005), todos lançados pela UFPB. Atualmente é debatedor no programa Conexão Master.

Foi nesse contexto de profunda abertura política, foi formado o Partido Esquerda Democrática. Organizado por intelectuais de referência nacional como os escritores Rubem Braga, José Lins do Rego e João Mangabeira; os historiadores Sergio Buarque de Holanda e José Honório Rodrigues; o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido. A Esquerda Democrática propunha construir o socialismo dentro dos princípios da democracia, se afastando do modelo stalinista que tomara conta dos partidos comunistas que se espalhavam pelo mundo.

Foi em 1947, período em que se inicia a Guerra Fria e de profundo antagonismo entre comunismo e capitalismo, ideologias que se digladiavam pela hegemonia do mundo, que a Esquerda Democrática realizou a sua 2ª Convenção Nacional e seus membros resolveram criar o Partido Socialista Brasileiro.

Em 2004 surge mais uma organização disposta a participar desse processo a assumir esta bandeira e a tentar interferir nos rumos do Brasil em direção ao socialismo: O Partido Socialismo e Liberdade (P-SOL). Em 2003, o grande eixo político que agrupa alguns dos setores que futuramente irão romper com o PT e construir o P-SOL é a luta contra o contra-reforma⁵ da previdência. O que foi válido para importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público. POMPÊU (2007).

Nesse processo surge o PSOL, a partir de 2004 na formulação de Heloísa Helena, o partido seria o novo “abrigo para a esquerda socialista brasileira”. Como afirma Pompêu uma expressão sem dúvida ambígua na época, usava-se muito também a ideia de “Partido de novo tipo”, orientado por núcleos de base forte e atuantes.

Assim podemos dizer de modo geral que tais partidos possuem suas bases ligadas a movimentos sociais e se definem ideologicamente como partidos políticos de esquerda e com ideologia socialista.

⁵Em 2003, o grande eixo que agrupa alguns dos setores que futuramente irão romper com o PT e construir o PSOL é a luta contra a contra-reforma da previdência. Isto é válido para importantes sindicatos e uma parcela significativa de militantes ligados ao funcionalismo público. No plano parlamentar, diversos petistas, desde o início, avisaram que iriam votar o que de fato fazem. São eles: a Senadora Heloísa Helena, e os deputados federais Babá, João Fontes e Luciana Genro. Para eles a reforma tem viés privatizante, retira direitos conquistados historicamente e tem caráter político distintos ao defendido historicamente pelo PT. (POMPÊU, 2007, p. 04).

Entender um pouco de sua história e de suas lutas partidárias é fundamental para os objetivos deste projeto pois, como vimos, sabemos que a pluralidade de partidos foi sendo vista como elemento fundamental para a existência e o funcionamento dos regimes democráticos como afirma Sell (2006). Infelizmente não tivemos acesso a partidos considerados de “direita” para proceder a nossas análises e seria interessante uma análise comparativa entre partidos considerados de “esquerda” e “direita” pois sabemos que foi nas contradições e crises de identidade e ideologias de alguns partidos que deu-se o surgimento de outros partidos compostos por antigos filiados partidários, ou seja, a história dos partidos se vincula diretamente a ideologia de cada indivíduo ou grupo, através de seus ideais políticos.

Muitas coisas mudaram ao longo dos anos na política contemporânea, tanto em relação a identificações ideológicas dos partidos políticos quanto ao sentimento dos eleitores em relação a seus candidatos e conseqüentemente ao voto. Percebemos nesses últimos anos uma diluição das diferenças ideológicas entre os partidos, o que redundaria em uma menor associação entre identificação ideológica e voto na eleição. Como afirma Carreirão (2006):

Trabalhos anteriores testaram as hipóteses de que a identificação ideológica do eleitor está associada à sua preferência partidária e de que aquela identificação influencia seu voto, chegando a conclusões diferentes. De um lado, alguns autores apontaram o peso das variáveis ideológicas nas escolhas do eleitorado; de outro lado, autores questionaram a relevância de variáveis ideológicas sobre a decisão de voto como também o uso do auto-posicionamento na escala esquerda-direita como indicador da ideologia do eleitor. Há também divergências nas conclusões encontradas na literatura quanto ao tema das preferências e rejeições partidárias e sua relação com o voto. (2006, p.308).

Nesse sentido averiguamos com base nos dados analisados de 50 eleitores e 20 filiados em partidos políticos da cidade de Parintins, constatou-se que:

40% dos eleitores não souberam se definir ideologicamente por não saber o que é “esquerda ou direita”, e os que se definiram como de esquerda levam em consideração a ideia de que “esquerda” vem a ser a ideologia comunista ou socialista e que de “direita” são aqueles que não estão na

situação são oposição ao governo. Mas isso não é decisivo para interferir no voto do eleitor. Outras variáveis influenciam nessa decisão do voto.

Para Singer (2000):

Mesmo o eleitor não tendo uma compreensão clara dos significados das noções de esquerda e direita, ou seja, mesmo que ele não saiba precisar o que vem a ser direita ou esquerda de forma a conceituar, mesmo assim boa parte do eleitorado consegue, intuitivamente, localizar os partidos nesta dimensão e votar em acordo com esta localização. Exposição das referências acima visa apenas apontar que há um conjunto de estudos que pleiteia a pertinência do uso do *continuum* esquerda-direita como uma forma possível de mapear o campo político-partidário brasileiro atual, estabelecendo semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos. Esse tipo de diferenciação permite compreender tanto certos elementos da tomada de decisão do eleitorado quanto a diferenças de opinião e de comportamento efetivo entre político de diferentes partidos. (2000, p.139).

Já Almeida,

Questiona o próprio uso do auto-posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita como um indicador da ideologia: a maioria dos eleitores não sabe expressar o que é direita ou esquerda; os conteúdos atribuídos a estas expressões pela grande maioria dos eleitores são diferentes daqueles conteúdos atribuídos pela ciência política a estas noções. O autor conclui que é muito difícil medir o conceito de ideologia (relacionada ao espectro esquerda-direita) – e que a ciência política brasileira ainda não foi capaz de desenvolver uma boa medição deste conceito – e aposta mais em índices construídos a partir de baterias de questões sobre as visões de mundo das pessoas acerca de temas que permitam diferenciar entre esquerda e direita (por exemplo, opiniões sobre o grau de intervenção do Estado na economia; sobre o grau de apoio a soluções por meio de uma liderança forte; sobre o nível de apoio à igualdade, etc). (apud CARREIRÃO, 2006, p. 311).

Em nossa pesquisa foi constatado que 18% dos eleitores responderam não ter nenhuma identificação ideológica partidária, 10% dos eleitores não souberam responder se tinham identificação ideológica partidária e 70% dos eleitores responderam ter algum tipo de identificação ideológica partidária.

Assim percebe-se que a minoria do eleitorado da pesquisa afirmaram não possuir identificação ideológica com nenhum dos partidos trabalhados e a maioria afirma ter algum tipo de identificação, isso se dá por que os 70% dos eleitores seguiram a base ideológica do partidos quando reconheceram que a a bandeira ideológica é socialista e de esquerda, vale ressaltar que há uma contradição nesse sentido por que ao mesmo tempo que os eleitores afirmam

não saber identificar o que é direita e esquerda, eles afirmam ter identificação partidária com os partidos por serem de esquerda.

Podemos concluir diante desse impasse que o eleitor não consegue definir o conceito a etimologia da palavra direita e esquerda em se tratando do contínuo esquerda-direita partidária, mais tem uma noção desse panorama.

Vale ressaltar que foi Singer (2000) quem propagou a noção de identificação partidária no debate brasileiro, definindo-a como “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor”.

Com isso percebemos mediante os dados sobre a pesquisa que as ideologias partidárias para alguns eleitores não são parâmetros obrigatórios para que o eleitor vote ou deixe de votar em determinados candidatos políticos, ou seja, a ideologia não é fator fundamental, ela orienta, mas existem outras variáveis que não foram medidas nesta pesquisa, variáveis que pesam na decisão do voto do eleitor.

Nas contribuições de Carreirão:

Analisando dados de pesquisas realizadas entre 1989 e 1997, concluiu que a identificação ideológica parece ter certo peso na decisão de voto para presidente, mas não tão grande quanto postula Singer, já que outras variáveis revelaram ter maior influência na determinação dos resultados das eleições presidenciais. Além disso, a importância da identificação ideológica depende muito da escolaridade dos eleitores: à medida que esta aumenta, crescem linearmente: a) a compreensão dos termos “esquerda” e “direita”; b) o percentual de eleitores que se localizam numa escala “esquerda-direita” (ou seja, que se identificam ideologicamente) e c) o grau de associação entre esta identificação, de um lado, e o voto, a preferência partidária e as opiniões políticas dos eleitores, de outro (2006, p. 310).

Os dados analisados da pesquisa em Parintins indicam que 34 eleitores eram do sexo feminino, e o grau de escolaridade de 28 eleitores com ensino superior incompleto, sendo 52% dos eleitores não lembram ou não souberam dizer em qual partido seu candidato era filiado no voto das eleições de 2012.

Ao identificar as atuações e contribuições partidárias à sociedade com base em suas ideologias políticas, nesse aspecto verificou-se que dos 50 eleitores que foram abordados todos os 50 responderam que não conhecem ou

não sabem identificar algum tipo de atuação partidária no Município de Parintins levando em consideração a ideologia partidária.

Podemos afirmar por meio da pesquisa que dos três partidos políticos trabalhados nesse projeto o PT, PSB, PSOL na concepção do eleitorado nenhum possui trabalho ou contribuição para no município de Parintins, ou pelo menos um que possa ser reconhecido pelos eleitores.

Em relação aos 20 filiados, 15 afirmaram que seus respectivos partidos políticos possuem contribuições governamentais na cidade de Parintins, geralmente associada à participação em movimentos sociais e populares. Dentre as respostas:

Filiado 1. Participação em movimentos sociais, realização de palestras sobre a ação e cidadania, denúncias no ministério público contra a corrupção.

Filiado 2. Denúncias ao Ministério público e participação em movimentos sociais.

Filiado 3. Movimentos sociais, de mulheres, trabalhadores, LGBT, território da cidadania e conselhos municipais.

Filiado 4. Projetos a nível Federal e Municipal, bolsa família, restaurante popular.

Ao buscar identificar o tipo de coligações que foram realizadas nas últimas eleições municipais, dos 20 filiados, 12 afirmaram que seu partido político não fez nenhuma coligação, 02 filiados não responderam a pergunta e 04 responderam com quais partidos, onde os partidos citados nas coligações foram: PSDB, PDT, PSL, PSDB. Dentre as repostas dos filiados alguns falaram o porquê da coligação e da não coligação dos seus partidos com os demais partidos políticos. O filiado e atual presidente do partido político PSB, partido que fez coligação diz que:

a coligação foi realizada com os partidos que se aproximavam um pouco mais da linha de atuação do PSB. Embora, na maioria das vezes, os políticos esqueçam os partidos e destaquem seus próprios nomes, visto que isto já virou uma cultura na política Brasileira O PSB não se alia a qualquer partido é claro que no afã de dor sua contribuição para a melhoria das condições de vida das pessoas, não devemos fugir ao debate e muito a participar das eleições que entendemos o meio já que o fim é o poder, no entanto só nos aliamos a partidos que tem pelo menos alguma proximidade ideológica, o PSDB e o PDT, por serem de centro apresentam essa postura. Porém nunca é demais lembrar que esta questão de esquerda, direita, centro, no caso brasileiro é mero discurso. Partidos que no passado eram claramente de esquerda, hoje, no poder demonstram

claramente postura de direita, defendendo práticas neoliberalistas e se preocupando mais com as grandes empresas do que com a população pobre. Muito embora ainda se dissessem de esquerda. (Presidente do PSB em Parintins).

Por outro lado o da não coligação, de acordo com os dados analisados com base nas entrevistas com o presidente do Partido político PSOL que não se coligou nas eleições municipais de 2012 responde:

O PSOL é um partido de esquerda e tem 12 anos na cidade, a primeira presidente foi a Alessandra Azedo, o partido é envolvido nas questões sociais do município, sua ideologia é socialista e luta pelo melhor para a população, vale ressaltar que a nível nacional não há registro de políticos filiados nesse partido envolvido em escândalo de corrupção. No município de Parintins nas últimas eleições o PSOL não se coligou com nenhum outro partido. Pois não coliga com qualquer partido apenas com partido de esquerda, como por exemplo, com o antigo PSTU. Porém em outros Estados houve coligações. (Presidente do PSOL em Parintins).

No aspecto que tange a avaliação sobre a migração e mudanças de partidos políticos entre seus partidários. Dos 20 filiados 05 não responderam. As respostas foram diversas dentre elas:

- Filiado 1. Os filiados em sua maioria buscam interesses particulares.
- Filiado 2. Muitos filiados migram por que o partido atual é muito radical.
- Filiado 3. A pessoa filiada é livre para escolher o partido que melhor lhe convém.
- Filiado 4. Tem pessoas que usam o partido por conveniência e estratégia.
- Filiado 5. Os filiados migram por causa da ideologia e do trabalho do partido e para ganhar status, empregos e cargos políticos.
- Filiado 6. É saudável todos tem o direito de buscar o melhor para si buscando novos partidos.
- Filiado 7. É positivo poder sair de um partido quando a pessoa não se identifica.
- Filiado 8. Positiva, pois cada um tem o direito de escolher o melhor, vivemos numa democracia.

Com relação a questão se o entrevistado saberia citar exemplos de filiados que migraram recentemente para outros partidos 09 filiados não responderam ou não quiseram citar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos podem dizer que ao focar um estudo ou pesquisa sobre política, mais especificamente sobre partidos políticos em uma cidade com aproximadamente 100 mil habitantes situada poeticamente no coração da Amazônia, pode ocorrer no erro de ser considerada inútil perda de tempo no sentido de que muitos eleitores tomam para si a descrença na política por conta dos políticos. Principalmente os que enfrentam acusações sobre corrupção e que fazem politicagem. Afirmando assim que a ideologia política no cenário contemporâneo não existe ou não é mais tão importante. No entanto este trabalho se realizou tomando como norte a temática identificação ideológica, atuações e coligações partidárias dos partidos políticos na cidade de Parintins e com isso proporcionou um estudo sobre o conhecimento dos eleitores abordados na pesquisa e um estudo sobre os partidos políticos no eixo das suas ideologias e atuações políticas são eles: PSB; PSOL; PT.

A análise foi realizada com base nos dados/informações que nos revelaram sobre as coligações partidárias que houve e as que não houveram nas eleições Municipais de 2012. Essa relevante para o nosso objeto de pesquisa, pois, como ressalta Maria D'Alva Kinzo (2004) os candidatos e as coligações formadas por diversos partidos muitas vezes de orientação ideológica bem diferentes são mais importantes do que os partidos políticos na disputa eleitoral.

Ao esboçarmos o primeiro capítulo tecemos uma discussão teórica com grandes pensadores dos clássicos aos contemporâneos, autores que nos trouxeram contribuições riquíssimas em relação à temática tratada. Essa discussão teórica é importante para entender melhor a realidade parintinense e os benefícios são muitos tanto para as contribuições acadêmicas quanto para a sociedade civil, mesmo com limitações temporais e de análise este trabalho foi extremamente prazeroso.

Percorrendo assim sobre a perda da identidade ideológica dos partidos políticos que traz para todos os cidadãos uma reflexão sobre esse panorama que vem se estendendo ao correr dos anos. E o quanto é importante abordar

sobre esse assunto, pois os partidos políticos são mais que apenas grupos organizados, neles têm pessoas que podem vir a concorrer um cargo eletivo e assim nos representar, é necessário conhecermos suas bases ideológicas e se possuem de fato ideologia e se a identidade ideológica corresponde aos nossos anseios sociais, apesar dessa crise de identidade ideológica que se encontram os partidos políticos, na pesquisa realizada na cidade de Parintins, mostra que muitos eleitores ainda seguem intuitivamente ou não a identidade ideológica de alguns partidos para votar.

Por isso e outros motivos fez-se necessário discorrer sobre ideológica desde seu sentido etimológico da palavra até os tipos de ideologias políticas. Sendo que os eleitores são indivíduos dotados de razões e emoções possuem também ideais de sociedade, desejam vivenciar a sociedade que idealizam e veem esse ideal ao se aproximar das ideologias de partidos políticos, mas para tal aproximação e identificação tem que buscar conhecer o histórico de representatividade e ideologia dos mesmos. Como é de fundamental importância conhecer e identificar suas contribuições à sociedade na qual estão inseridas.

No Brasil para um indivíduo candidatar-se a um cargo eletivo como, vereador, prefeito, presidente da nação dentre outros, faz-se necessário que este seja filiado a algum partido político. Porém para o eleitor isso apenas não deve bastar, é preciso que tenhamos consciência que a participação política não se limite apenas no ato de votar, necessitamos ser mais presentes, ou seja, participativos que busquemos conhecer o trabalho, atuação, a ficha política do político, mais importante que votar é saber votar e ter a mínima noção sobre o candidato e o partido que ele representa.

Precisamos compreender que o voto é um caminho o qual nos leva a cidadania. Reafirmando que somos parte, fazemos parte de uma sociedade que deve ser livre e Democrática, reafirmando assim que somos cidadãos. Busquemos também a chamada democracia participativa, mas não esquecendo que ela tem em seu bojo preservar a realidade do Estado, ela vem buscar a superação da dicotomia entre representantes e representados, em outras palavras, os eleitos e os eleitores, os governantes e a população,

recuperando assim o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública.

Apesar de que na realidade essa participação possui inúmeros desafios do cotidiano, e do sistema que muitas vezes impede a participação ativa dos cidadãos precisamos romper com essa realidade que muitos interpretam de forma pessimista, como nos dizeres de Bobbio (1996) se por democracia direta se entende literalmente a participação de todos os cidadãos em todas as decisões a ela pertinentes, a proposta é insensata. Que todos decidam sobre tudo em sociedades sempre mais complexas como são as modernas sociedades industriais é algo materialmente impossível.

Na realidade é difícil, mais não impossível, mesmo na nossa sociedade que é tudo dinâmico, também temos a tecnologia a nosso favor, o que proporciona a facilidade de nos mantermos informados sobre a coisa pública de forma instantânea e prática.

Por fim este trabalho favoreceu um vasto conhecimento sobre um viés da ciência política, proporcionando assim uma aproximação e diálogo a respeito da temática tratada com os eleitores parintinenses, permitindo ter uma noção do conhecimento sobre o surgimento, ideologias, atuações e coligações dos partidos trabalhados, o PT, PSB e PSOL e sem sombras de dúvidas permitiu e permite uma reflexão no repensar a participação política dos cidadãos, como eleitores e filiados, de representantes e representados que busquem vivenciar uma sociedade mais justa e igualitária ou mesmo uma sociedade que seja mais Democrática.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMO, Perseu. **Caderno de Formação O PT faz a história**. 2. Edição revisitada e ampliada. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1995.

CHAUÍ, Marilena: **O que é ideologia**. 34. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

CARREIRÃO, Y. S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 136-163.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Vozes, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FIGUEIREDO, M. A lei de ferro da competição eleitoral: a aritmética eleitoral. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, jul. 1994.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou, Matéria, Forma Poder de um EstadoEclesiástico e Civil**.(Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza de Silva, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

KINZO, Maria D'Alva. Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 54, fevereiro/2004, p. 23-41.

_____. **Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil**. São Paulo: Símbolo, 1980.

LA PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron. **Politicalpartiesandpoliticaldevelopment**. Princeton, 1966, p.5-7.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. **Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade**. Rio de Janeiro, 1997.

LIMA Jr., O. B. **Partidos políticos brasileiros – 45 a 64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

NICOLAU, J. M. Breves comentários sobre as eleições de 1994 e o quadro partidário. **Cadernos de Conjuntura**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n. 50, julho 1994.

POMPÊO, Flávio Sposto. **As origens do P-SOL**. Departamento de Ciências Sociais – Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM). Quadrimestral – Maringá – Paraná – Brasil- ISSN1519.6178. Nº 12 – Abr/ Mai/ Jun/ Jul. 2007.

REIS, Fábio Wanderley. Governabilidade, Instituições e Partidos. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 41, março/1995, p. 40-59.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, Fragmentação Partidária e Governabilidade. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 41, março/1995, p. 78-90.

_____. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 48, fevereiro/2002, p. 31-48.

SANTOS, W. G. **Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira**. São Paulo: Vértice, 1987.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Brasília: UnB, 1982.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOUZA, M. C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SCHWATZENBERG, Roger-Gérard. **Sociologia política**. São Paulo: Difel, 1979.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.